

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

Criada pela Lei 12.743, de 19 de dezembro de 2012 (que altera as Leis nº 10.233, de cinco de junho de 2001, e nº 12.404, de quatro de maio de 2011), conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 08 de agosto de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 13 de agosto de 2013, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV).

Posteriormente a sua denominação social foi alterada para Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de setembro de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 16 de outubro de 2012 e tem por objeto:

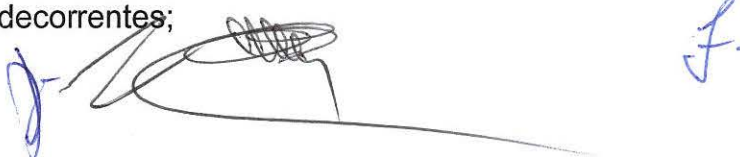
a) planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

b) prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

Compete à EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;



III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

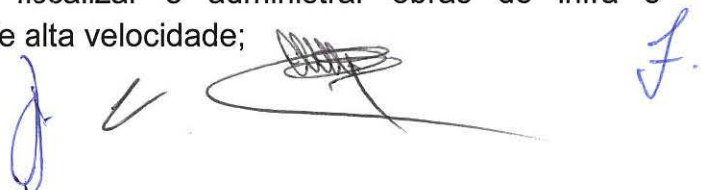
X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;



XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor; e

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social.

§ 1º Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL poderão subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações de órgãos e entidades da administração pública federal, no âmbito da política de logística e transportes.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);



2. As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1);

3. As demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão comparativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. A Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na forma total, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, sendo que as demonstrações contábeis de 2014, previstas no referido diploma legal, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS


APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A empresa encerrou o exercício de 2013 com um lucro de R\$ 76.884,31, e o de 2014 com um prejuízo econômico de R\$ 742.658,55. Suas receitas operacionais decorrentes de subvenções para custeio no valor de R\$ 38.695.931,46 em 2013 e R\$ 49.062.270,18 em 2014; e receitas financeiras de R\$ 368.788,62 em 2013 e R\$ 553.921,85 em 2014, geradas pela aplicação do valor do Capital Social Integralizado inicialmente, mínimo de 10%. Houve registro de despesas não financeiras apropriadas pelo regime de competência, em consonância com a legislação do imposto de renda, gerando um saldo de provisões de férias e os respectivos encargos sociais, no valor de R\$ 1.844.239,96 em 2013 e R\$ 1.866.550,66 em 2014, além de despesas com depreciação de bens e amortização de softwares e outros intangíveis no valor de R\$ 2.294.732,77 em 2013 e R\$ 8.165.440,77 em 2014.

De conformidade com o CPC 33, a empresa concedeu os seguintes benefícios aos seus empregados, colaboradores e requisitados:

- Auxílio Transporte para estagiários R\$ 15.392,10; Remuneração Compensatória - Quarentena paga a ex-diretores R\$ 266.524,92; Adicional por tempo de serviço para servidores cedidos com ônus para a EPL R\$ 125.274,63; Auxílio Alimentação para todos os colaboradores R\$ 749.558,78; Plano de Saúde ressarcido para todos os colaboradores que requererem R\$ 243.110,15, limitado a R\$205,00 por titular e R\$102,00 por dependente; FUNCEF no valor de R\$ 35.403,44 de colaborador requisitado, cedido pela Caixa Econômica Federal e PORTUS, R\$12.334,11.

A EPL por ser uma empresa pública totalmente dependente do Tesouro



Nacional, recebe subvenção econômica da União para custeio das suas atividades, a qual é contabilizada como receita operacional, isenta de PIS e COFINS, porém caso a empresa tenha lucro no período de apuração, fica sujeito ao pagamento de IR e Contribuição Social sobre lucro líquido apurado pela escrituração do livro de lucro real.

ATIVO CIRCULANTE – R\$ 11.110.048,90 em 2013 e R\$ 26.134.628,39 em 2014.

São representados pelos Créditos constituídos por Limite de Saque com Vinculação de Pagamento de R\$ 3.480.583,16 em 2013 e R\$ 2.971.025,38 em 2014; Aplicação Financeira no valor de R\$ 5.327.604,18 em 2013 e R\$ 5.772.279,63 em 2014 (valor do Capital Social Integralizado inicial, acrescido dos rendimentos auferidos); Adiantamentos Concedidos a Empregados (Férias R\$ 95.699,46 e 13º salário R\$ 46.668,82); Impostos e Encargos a Recuperar R\$ 292.202,87; Descentralização de créditos/financeiros no valor de R\$ 16.846.479,33 e outros valores a recuperar de R\$ 424,71;

Composição do saldo da conta Limite de Saque, com vinculação de pagamento em 31.12.2014/2013:

Vinculação	31.12.2014	31.12.2013
307 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	431.161,79	-
309 – Pessoal Requisitado	337.280,98	156.194,36
310 – Pagamento de Pessoal	29.424,53	20.333,51
400 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	1.302.850,67	785.891,20
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
415 – Custeio/Invest. PAC	864.174,12	2.431.778,03
500 – Custeio e Investimento	4109,08	4.109,08
510 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	1.480,75	81.733,52
Total	2.971.025,38	3.480.583,16

APLICAÇÃO FINANCEIRA

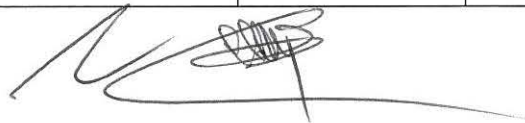
A aplicação financeira corresponde ao valor de R\$ 5.327.604,18 em 2013 e R\$ 5.772.279,63 em 2014, resultante da integralização inicial mínima, 10%, do Capital subscrito, efetuada junto à Caixa Econômica Federal, sendo seu saldo acrescido dos rendimentos auferidos até 31/12/2014.



ATIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 47.938.842,24 em 31.12.2014.

Corresponde à aquisição de Imobilizados e Intangíveis, com a seguinte composição:

TÍTULO	VALOR ADQUIRIDO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	VALOR RESIDUAL
Bens Móveis	15.961.521,25	3.484.331,87	%	12.477.189,38
Mobiliário em Geral	2.288.511,23	375.803,28	10%	1.912.707,95
Máquinas e Equipamentos	5.544,79	847,56	10%	4.697,23
Aparelhos	9.147,00	1.028,30	10%	8.118,70
Computadores e Periféricos	7.056.273,87	2.111.627,62	20%	4.944.646,25
Biblioteca	9.751,18	777,42	10%	8.973,76
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00	55.160,00	20%	195.790,00
Software	3.771.095,95	554.348,31	20%	3.216.747,64
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00	375.857,95	10%	2.118.788,05
Utensílio de Copa e Cozinha	1.953,00	260,48	10%	1.692,52
Outros Bens de Uso Duradouro	73.648,23	8.620,95	10%	65.027,28
Bens Imóveis	2.644.161,33	962.210,52		1.681.950,81
Instalações e Bens de Terceiros	2.644.161,33	962.210,52	20%	1.681.950,81
TOTAL DO IMOBILIZADO	18.605.682,58	4.446.542,39		14.159.140,19
INTANGÍVEIS				
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90	1.482.626,09	20%	4.196.502,81
Projeto O/D Contrato	14.991.011,99	2.913.256,79	20%	12.077.755,20
Projeto Concep. de Solução Tec.	2.244.813,10	506.588,56	20%	1.738.224,54
Projeto Origem e Destino	4.673.600,00	433.493,37	20%	4.240.106,63
Estudo de Impacto Ambiental	1.757.132,34	251.117,76	20%	1.506.014,58
Projeto Estudo Ambiental BR-040	1.455.498,88	63.970,10	20%	1.391.528,78
Pesquisa Est. da Carac. Demanda	223.350,00	13.649,16	20%	209.700,84
Projeto Estudo Ambiental BR-050	1.640.500,00	69.801,72	20%	1.570.698,28
Projeto Estudo Ambiental BR-116	1.128.860,27	53.620,87	20%	1.075.239,40
Projeto Impacto Ambiental BR-153	2.499.850,00	88.677,50	20%	2.411.172,50
Projeto Impacto Ambiental BR-101	1.017.425,70	52.175,65	20%	965.250,05
Projeto Impacto Ambiental BR-163	2.146.549,13	84.863,58	20%	2.061.685,55
Projeto Impacto Ambiental BR-262	335.822,89	-	20%	335.822,89
TOTAL DO INTANGÍVEL	39.793.543,20	6.013.841,15		33.779.702,05
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	58.399.225,78	10.460.383,54		47.938.842,24


Considerando que os bens foram adquiridos a menos de 18 meses, não foi realizado no exercício de 2014, o teste de recuperabilidade anual sobre os valores do ativo imobilizado. O Ativo Imobilizado e outros ativos não circulantes da EPL, inclusive os intangíveis, deverão ser revistos no exercício de 2015, para que se identifiquem eventuais perdas ou valores contábeis que não podem ser recuperáveis, conforme determina a Lei nº 11.638/2007, Resolução CFC 1.315/2010 e CPC 01.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 5.550.282,70 em 2013 e R\$ 3.831.511,83 em 2014

Representados por provisão para férias e os encargos sociais no valor de R\$ 1.844.239,96 em 31.12.2013, e R\$ 1.817.588,07, em 31.12.2014; encargos sociais a recolher de R\$ 455.908,84 em 31.12.2013 e R\$ 533.354,69 em 31.12.2014; Impostos a pagar em 31.12.2013 R\$ 523.010,40, Consignações a Recolher em 31.12.2013 R\$ 360.549,96, em 31.12.2014 R\$ 399.003,14; Fornecedores em 31.12.2013 R\$ 2.109.060,48, em 31.12.2014 R\$ 756.506,07 e Ressarcimento com Pessoal Requisitado em 31.12.2013 R\$ 257.513,06 e em 31.12.2014 R\$ 276.097,27.

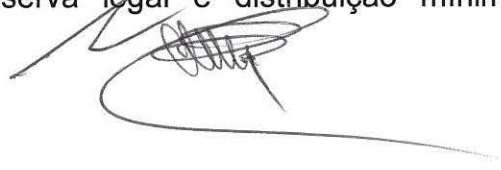
PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 21.404.805,06.

Corresponde ao valor dos créditos do acionista União Federal, derivados dos repasses para investimentos, transferidos para esta empresa efetuar seus programas de investimentos. Saldo ainda não capitalizado, o qual foi atualizado pela taxa SELIC, cumprindo determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, Ofício 36/2013 SUCON/STN/MF-DF e Nota Conjunta nº 13/2013-CCONT/COPAR/COFIN/STN 30.03/2013.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 33.983.522,65 em 31.12.2013 e R\$ 48.837.153,74 em 31.12.2014.

Representado pelo Capital Social integralizado até 31.12.2013, R\$ 34.384.066,51 e de R\$ 50.000.000,00 em 31.12.2014 face integralizações efetuadas nos exercícios de 2013 e 2014, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional para investimentos, sendo a União detentora de 100% das ações ordinárias, sem valor nominal.

Prejuízo Acumulado de R\$ 400.543,86 em 31.12.2013 e R\$ 1.162.846,26 em 31.12.2014. No exercício de 2014, foi obtido um prejuízo de R\$742.658,55, motivo pelo qual não houve destinação para reserva legal e distribuição mínima dos dividendos.



Em 2014, houve lançamento do valor de R\$ 19.643,85 correspondente à despesas com contribuição patronal – FUNCEF, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013, ressarcido por esta empresa em 2014, em decorrência de cobrança feita a posteriori pela Caixa Econômica Federal de empregado cedido para esta empresa com ônus, contabilizado como ajuste de exercício anteriores, não afetando o resultado do exercício, artigo 186 da lei 6.404/76.

(As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)



Josias Sampaio Cavalcante Junior
Diretor Presidente
CPF: 381.024.981-53



Fábio Coelho Barbosa
Diretor
CPF: 344.158.741-34



Hélio Mauro França
Diretor
CPF: 116.605.701-15



Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-T-8-DF